

Alagoas

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
E PALEONTOLÓGICO**

Luana Teixeira (Org)
Henrique Alexandre Pozzi
Jorge Luiz Lopes da Silva

Presidente da República
Dilma Rousseff

Ministra da Cultura
Ana de Hollanda

Presidente do IPHAN
Luis Fernando de Almeida

Diretora de Patrimônio Imaterial
Célia Maria Corsino

Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização
Andrey Rosenthal Schlee

Diretor de Articulação e Fomento
Cláudio Antônio Marques Luiz

Diretora de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Diretora do Centro Nacional de Arqueologia
Maria Clara Migliacio

Superintendente do IPHAN em Alagoas
Mário Aloísio Barreto Melo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES

159p Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Superintendência do Iphan em Alagoas.
Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas /
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Superintendencia do Iphan em Alagoas ; organizado por, Luana
Teixeira, Henrique Alexandre Pozzi e Jorge Luiz L. da Silva. –
Maceió, AL : Iphan-AL, 2012.
84 p. : il. color. ; 21 cm.

ISBN:

1. Arqueologia – Alagoas. 2. Patrimônio Arqueológico. I.
Teixeira, Luana. II. Pozzi, Alexandre Henrique. III. Silva, Jorge
Luiz L da. IV. Título.

CDD 930





Realização
Superintendência do IPHAN em Alagoas

Chefe da Divisão Técnica
Pablo Christian Maia da Silva

Chefe da Divisão Administrativa
Marcos José Silva Rêgo

Organização
Luana Teixeira

Pesquisa e Textos
Henrique Alexandre Pozzi
Jorge Luiz Lopes da Silva
Luana Teixeira

Desenhos e Imagens
Acervo da Superintendência do IPHAN em Alagoas
Acervo Projeto Fósseis de Alagoas, MHN-UFAL

Capa
Thiago Oli

Fotografias
Elaine Polyanna Alves da Silva
Henrique Alexandre Pozzi
Jorge Luiz Lopes da Silva
Luana Teixeira
Marcos Issa
Yuri Batalha de Magalhães

Ilustrações
Kauê de Oliveira Maia
Thiago Oli

Diagramação e Projeto Gráfico
Núcleo Zero

Revisão Gramatical
Nilton Resende

Revisão Final
Henrique Alexandre Pozzi
Nadja Waleska Rocha

Autoria das fotos por páginas:

Elaine Polyanna Alves da Silva. Páginas: 37 e 46.
Henrique Alexandre Pozzi. Páginas: 04, 12, 13, 16, 48, 71, 76 e 80.
Jorge Luiz Lopes da Silva. Página: 36, 38 e 39.
Luana Teixeira. Páginas: 17.
Marcos Issa. Páginas: 28 e 29.
Thiago Oli. Página: 79.
Yuri Batalha de Magalhães. Páginas: 10, 14, 15, 26-27, 30 a 34.

Autoria das Ilustrações

Thiago Oli. Páginas: 09, 35, 38 a 47, 63 e 67.
Kauê de Oliveira Maia. Página: 70.



Sítio Platô do Talhado 1.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Sumário

- 06** APRESENTAÇÃO
- 08** O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
- 11** A ARQUEOLOGIA
- 13** A ARQUEOLOGIA E A HISTÓRIA DE ALAGOAS
- 24** OS REGISTROS RUPESTRES EM ALAGOAS
- 35** A PALEONTOLOGIA
- 38** OS TANQUES
- 41** O PASSADO DO SERTÃO ALAGOANO
- 43** MAMÍFEROS PLEISTOCÊNICOS EM ALAGOAS
- 47** OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E PALEONTOLÓGICOS NO ESTADO DE ALAGOAS
- 64** COMO SE TORNAR UM ARQUEÓLOGO?
- 66** COMO SE TORNAR UM PALEONTÓLOGO?
- 68** EXPOSIÇÕES ARQUEOLÓGICAS E PALEONTOLÓGICAS SOBRE ALAGOAS
- 73** PRINCIPAIS TEXTOS LEGAIS
- 77** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentação

É com extrema satisfação que a Superintendência do IPHAN em Alagoas disponibiliza, para o público em geral, as instituições culturais, científicas e acadêmicas alagoanas e as demais Unidades do IPHAN, a publicação **Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas**.

Trata-se de uma iniciativa que tem por objetivo divulgar a diversidade e riqueza patrimonial existente no Estado de Alagoas, cujas manifestações materiais estão distribuídas por todos os rincões de seu território e se reportam a diferentes períodos cronológicos, os quais contribuíram, sobremaneira, para a formação identitária, em âmbito regional, da Sociedade Alagoana Contemporânea e para a história evolutiva da vida neste pedaço de chão do nosso Nordeste Brasileiro.

Ao folhear as páginas seguintes, o leitor poderá conhecer e apreender que a História Humana em Alagoas é anterior à chegada do europeu ao Brasil em 1500 DC, e que grupos indígenas pré-coloniais estavam estabelecidos aqui e interagiam intensamente com o ambiente, modificando-o e adaptando-o conforme suas necessidades e interesses. Poderá constatar as distintas manifestações materiais produzidas por esses grupos, as quais persistem, inexoravelmente, ao longo do tempo, mesmo diante das profundas transformações que a Modernidade e a Globalidade imputam em pleno século XXI, como os registros rupestres situados na região do Alto Sertão Alagoano, encravados nos paredões, abrigos e lajeiros rochosos; as urnas funerárias encontradas nas antigas aldeias indígenas identificadas no Agreste e na Zona da Mata do Estado; e a presença de artefatos singulares, feitos em pedra, encontrados em profusão em todo o seu terri-

tório, como as lâminas polidas de machado, pilões e mãos de pilão e as pontas de projéteis. Além disso, também se surpreenderá com outros elementos materiais, frutos das ocupações históricas ocorridas após a entrada do europeu e do africano no país, como aqueles objetos utilitários, construtivos e bélicos armazenados em algumas de nossas instituições culturais, as quais se reportam às presenças holandesa e dos quilombos e à introdução de produtos manufaturados típicos da Europa.

Conhecerá também a diversidade de fósseis de animais e de outros elementos vivos da nossa Pré-história, sobretudo aqueles pertencentes à megafauna pleistocênica, a qual está ricamente presente na nossa região sertaneja, como as preguiças-gigantes e os tigres-dentes-de-sabre.

Ensejamos que esta publicação possa estimular o leitor a reconhecer a importância dos bens arqueológicos e paleontológicos do Estado de Alagoas, assim como promover sua conscientização para a preservação desses elementos materiais.

UMA BOA E PRAZEROSA LEITURA A TODOS!

Mário Aloísio Barreto Melo

Superintendente do IPHAN em Alagoas

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO

A importância dos vestígios arqueológicos está no potencial de informar e trazer conhecimento sobre a história e sobre as sociedades humanas a que estes pertencem ou pertenceram. Desde que o Patrimônio Cultural Brasileiro passou a ser protegido pelo Poder Público, através do Decreto-Lei nº 25/1937, os bens arqueológicos também ficaram sob proteção legal.

Em 1961, foi criada a Lei Federal nº 3.924, destinada especificamente à proteção do patrimônio arqueológico nacional, e em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil também reconheceu os bens arqueológicos como Bens da União, incluindo-os no conjunto do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Mas o que isso significa?

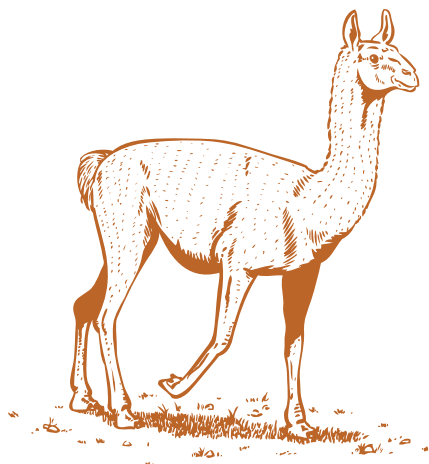
Primeiro, é um reconhecimento legal da importância dos bens arqueológicos

como elementos representantes dos grupos humanos responsáveis pela formação identitária da Sociedade Brasileira, cujos conhecimentos e tecnologias implícitas denotam anos de adaptação ao Ambiente e produção de saberes tradicionais.

Em segundo, diz-nos que todos os bens arqueológicos estão sob a proteção da União. Por isso, é ILEGAL o comércio de qualquer objeto com valor arqueológico, e qualquer nova descoberta deve ser imediatamente comunicada ao órgão competente, que no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A destruição, a mutilação e a inutilização física do patrimônio cultural são infrações puníveis por lei. Nenhuma pessoa tem o direito de destruir, mutilar ou depredar esse patrimônio, pois assim fazendo ela não apenas está degradando um





bem comum, como também está causando a perda irreparável de conhecimento sobre sua própria história.

Um dos principais problemas que a proteção ao patrimônio arqueológico enfrenta é o desconhecimento de grande parte da população sobre a importância desse patrimônio. Ninguém pode proteger aquilo que não conhece. O patrimônio arqueológico está em toda parte. Descobertas arqueológicas fazem parte do cotidiano dos alagoanos, mas nem sempre percebemos que estamos diante de bens arqueológicos.

Como estamos falando de vestígios do passado encontrados essencialmente sob o solo, tratamos também do patrimônio paleontológico, ou seja, os vestígios de seres que viveram desde milhares de anos

antes de o primeiro Homem aparecer na Terra. O patrimônio paleontológico compartilha das mesmas dificuldades de preservação que os vestígios arqueológicos. E, como eles, também se encontra sob proteção federal. O Decreto-Lei nº 4.146/42 atribui ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a responsabilidade pelos recursos minerais brasileiros e pela proteção legal ao patrimônio paleontológico.

O objetivo desta publicação é trazer ao público geral informações sobre o patrimônio arqueológico e paleontológico alagoano. Quanto mais elas forem disseminadas, mais poderemos contar com o envolvimento de todos na tarefa de proteger nosso patrimônio cultural.



Escavação do
Sítio Cipó.
PIRANHAS



A ARQUEOLOGIA

*Henrique Alexandre Pozzi
Luana Teixeira*

A Arqueologia estuda a sociedade através da análise dos vestígios materiais produzidos pelo Homem. Busca entender o funcionamento, a organização e a história das mais diversas culturas estabelecidas no planeta Terra. Estuda desde as culturas situadas no passado mais remoto, como os pequenos grupos caçadores-coletores nômades de um determinado lugar, até aquelas de épocas mais recentes, como as responsáveis pela formação dos Estados e Nações Contemporâneos. Além disso, almeja compreender os diferentes processos, internos e externos, responsáveis pelas manutenções e mudanças das ordens sociais, políticas, religiosas e simbólicas inerentes a cada grupo humano. E também está atenta para a multiplicidade de fatores que incidem nas relações interétnicas e/ou intergrupais e

entre as comunidades humanas e os seus respectivos ambientes.

Essa interação entre Homem e Ambiente transforma a natureza e produz alterações materialmente perceptíveis. Por exemplo: os Homens aprenderam a transformar uma lasca de pedra em uma ponta de flecha; souberam construir um aterro para edificar uma casa; ou retificar o curso de um rio para atender a suas necessidades específicas. Mesmo sem a presença do Homem ainda vivo, tais modificações e transformações se perpetuam num determinado lugar e espaço, podendo ser identificados e estudados por profissionais capacitados para entender quais eram suas funções ou objetivos.

Ao estudar tais locais e objetos, esses estudiosos (os arqueólogos) revelam importantes características do grupo humano que os produziu, como se organizava, de



Coleção de Cachimbos,
Museu Xucurus.
PALMEIRA DOS ÍNDIOS



A origem etimológica da palavra Arqueologia vem do grego, unindo *archaio* (ἀρχαῖος), que significa ‘antigo’, e *lógos* (λογος), tratado, fundamento, razão ou, ainda, ‘estudo’.

que tecnologia dispunha, além de muitos outros aspectos da vida do Homem no passado. Todavia, cabe salientar que para que esses estudos sejam efetivos é fundamental que os locais onde estão depositados os “vestígios” (a ponta de flecha, a terra do aterro e tudo mais que o Homem possa ter produzido e modificado no ambiente) estejam preservados e, sobretudo, que suas camadas de solo estejam inalteradas. Quando o solo arqueológico é escavado sem a devida orientação do profissional em Arqueologia, muitas informações que poderiam ser obtidas são perdidas para sempre. Por isso, tanto os objetos quanto os sítios arqueológicos são protegidos por lei no Brasil.

A ARQUEOLOGIA E A HISTÓRIA DE ALAGOAS



Quem foram os primeiros habitantes da região alagoana? Como eles viviam e se expressavam? Que outros grupos viveram nessa região antes da chegada dos europeus? Como foram os primeiros contatos entre os habitantes nativos da América e os europeus? Como se relacionaram portugueses, espanhóis, franceses e holandeses? Os quilombos, onde existiram e como eram? Como era a vida numa vila colonial? Essas são apenas algumas das questões sobre a história de Alagoas com as quais se preocupam os estudos arqueológicos.

Ao contrário de documentos históricos, que podem ser retirados de um lugar para outro, sendo preservados e mantendo sua capacidade de comunicar informações sobre sua época de produção, os registros arqueológicos, uma vez alterados, deixam

de responder a quase todas as perguntas que o arqueólogo pode fazer sobre eles. Isso porque, para os olhos do arqueólogo, mais importante que o objeto em si é a relação que existe entre os múltiplos elementos que compõem um sítio arqueológico. Esses elementos, pode-se assim dizer, “trabalham”, informam em conjunto.

As pesquisas arqueológicas em Alagoas já nos trouxeram importantes dados para a compreensão de como o ser humano ocupou esse território ao longo do tempo. Vamos conhecer também um pouco dessa arqueologia?

Ponta de Projétil e Fornilho de Cachimbo, Coleção Marroquim do IHGAL.

MACEIÓ





Datações são técnicas que permitem estabelecer a idade dos vestígios. Existe a datação relativa e a absoluta. No primeiro caso, através da análise dos elementos e da estratigrafia que compõem o sítio arqueológico, aliada a conhecimentos prévios do pesquisador, estabelece-se sua idade aproximada, ou seja, relativa. Já a datação absoluta utiliza tecnologias modernas de laboratório, como o Carbono 14 e a Termoluminescência. Através desses cuidadosos processos de análise físico-química dos vestígios, é possível se chegar com bastante precisão à idade dos sítios.

Até este momento, o registro mais antigo da presença humana em Alagoas vem do sítio “São José 2”, em Delmiro Gouveia. Esse sítio foi pesquisado pela equipe do Museu de Arqueologia de Xingó entre 1993 e 1994. Nele, foram escavados 29 esqueletos humanos, além de outros materiais como peças líticas (feitas de pedra) e cerâmicas. A partir de datações absolutas realizadas, estimou-se que alguns desses enterramentos foram feitos há cerca de 3.500 anos. No entanto, em sítios arqueológicos pesquisados do outro lado do rio São Francisco, em Sergipe, foi comprovado que o Homem já ocupava a região do “Velho Chico” havia mais de 8 mil anos!

Pouco sabemos sobre esses antigos habitantes do Baixo São Francisco. Gabriela Martins (1997) propõe que pequenos grupos caçadores-coletores de grande mobilidade teriam vindo desde o planalto goiano ou do Piauí e passaram a viver no vale do São Francisco há aproximadamente 10 mil anos. É bastante provável que, através do leito do rio, esses mesmos grupos logo tenham alcançado sua foz. Habitavam nos abrigos sob-rocha comuns na região, viviam da pesca e da caça e produziam seus artefatos. Aqueles feitos de pedra e cerâmica são ainda hoje preservados sob o solo e constituem importantes fontes para os estudos arqueológicos. Os pesquisadores do Museu de Arqueologia de Xingó passaram a nomeá-los de cultura Canindé. Segundo as pesquisas, a Cultura Canindé também foi responsável pelas inúmeras inscrições rupestres que até hoje podem ser vistas nas margens do

rio São Francisco (JUNIOR, 2009).

Através da Arqueologia, temos conhecimento de outros dois grupos culturais que chegaram a esse território há muito tempo e que aqui já habitavam quando as primeiras caravelas portuguesas despontaram no horizonte. Esses grupos são denominados Cultura Aratu e Cultura Tupiguarani. Ambas possuem um aspecto em comum: a abundância com que utilizavam objetos cerâmicos utilitários e decorativos, como potes, vasos, igaçabas, rodela de fuso etc. Essas duas culturas foram, no passado, amplamente disseminadas pelo litoral e interior do Nordeste Brasileiro, além de outras partes do país. O território alagoano está repleto de sítios arqueológicos onde predominam suas evidências materiais, cujos locais, na linguagem popular, são chamados, desde há muito tempo, “Chã de Cacos”.

Chã de Cacos,
Sítio Maia.

ANADIA



Igaçabas são muito abundantes em todo o território alagoano. São potes cerâmicos de distintos tamanhos (alguns, inclusive, podendo ter até um metro de altura) que eram utilizados para guardar água. Quando morriam os habitantes da aldeia, esses potes passavam a servir como urnas funerárias. Em seu interior, eram colocados o corpo e também objetos do finado. A igaçaba era então enterrada, na maioria das vezes com uma tampa, para evitar a entrada da terra. Centenas delas já foram encontradas no estado, muitas vezes indicando a presença de cemitérios e/ou aldeias indígenas, como aquelas encontradas nos municípios de Palmeira dos Índios, Arapiraca, Anadia, Limoeiro de Anadia, Pilar e União dos Palmares. A principal diferença entre igaçabas Tupiguarani e Aratu está na decoração. Enquanto as primeiras geralmente recebiam um acabamento mais trabalhado, com decoração em relevo (feita com os dedos ou outros instrumentos) e/ou pintura desenhada, as segundas eram geralmente alisadas, e a tinta, quando aplicada, cobria uniformemente as paredes.

Ossada dentro de
Igaçaba, Coleção
Duarte do IHGAL.
MACEIÓ



A cerâmica denominada Aratu é encontrada principalmente no Agreste Alagoano. Em 1872, foram escavadas diversas igaçabas com características Aratu em um cemitério indígena em Limoeiro de Anadia. Uma dessas igaçabas, junto à ossada que estava no seu interior, está hoje exposta no Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IH-



GAL. Outras descobertas importantes de igaçabas com características Aratu ocorreram ao longo de todo o século XX em Palmeira dos Índios. Segundo os Xucuru-kariri do município, essas igaçabas eram produzidas pelos seus antepassados. Algumas delas podem ser vistas no Museu Xucurus de História, Arte e Costumes da cidade. Infelizmente, não temos em Alagoas nenhuma datação absoluta para essa cerâmica Aratu, mas estudos em outras regiões do nordeste indicam que os primeiros Homens a produzi-las começaram a fazê-la há mais de 1.200 anos.

É muito provável que grupos Aratu e Tupiguarani tenham disputado seus domínios nesta região por volta do ano mil da Era Cristã, quando os Tupiguarani chegaram a este litoral. Uma das principais características dos Tupiguarani era serem exímios canoieiros, e por isso geralmente preferiam viver perto do mar ou de grandes rios. Mais ou menos no ano 1.300 depois de Cristo (DC), eles já eram soberanos no litoral, onde se encontram a maioria dos vestígios arqueológicos de sua ocupação. A soberania Tupiguarani

na faixa litorânea levou ao deslocamento dos grupos da Cultura Aratu para o interior e a uma nova configuração territorial da região.

Lamentavelmente, são poucas as informações que possuímos sobre o modo de vida desses diferentes grupos que habitavam estas terras. Sabe-se que eles eram agricultores, que podiam estabelecer aldeamentos de caráter temporário ou permanente, que confeccionavam tecidos e



Igaçaba, Museu Xucurus.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

faziam distinções sociais entre homens e mulheres. Apenas a intensificação das pesquisas arqueológicas pode trazer informações mais precisas sobre eles. Mas, tanto os grupos relacionados à Cultura Aratu quanto à Tupiguarani estavam vivendo nesse território quando chegaram os primeiros europeus. A partir de 1.500 DC, a ocupação européia mudou a história da região. Não apenas outros Homens, de outras culturas e formas de ver o mundo, entraram em contato com os antigos habitantes indígenas; com eles, novas tecnologias e objetos desconhecidos desses antigos índios foram introduzidos aqui, como, por exemplo, o ferro e o vidro.

Os europeus chegaram com a pretensão de dominar o território e subjugar os povos indígenas ao seu poder, fazendo-os adquirir seus hábitos e sua fé cristã. No entanto, isso não significou o fim das culturas Aratu e Tupiguarani. Por séculos, os diferentes povos indígenas conviveram com europeus, por vezes em conflito, outras em cooperação, constantemente batalhando pela preservação de hábitos e costumes. Um dos grandes desafios da pesquisa ar-

queológica é investigar, a partir dos vestígios materiais, essas relações entre diferentes culturas. Por exemplo, ao escavar um sítio arqueológico com características pré-coloniais (com vestígios que remetem à cultura material anterior ao contato europeu), o arqueólogo por vezes encontra um instrumento de ferro ou uma garrafa de vidro. Essa “intrusão” pode ser um indicativo de que o sítio refere-se a um período de contato entre indígenas e brancos e/ou negros na localidade. Condição que os resultados obtidos na escavação arqueológica podem confirmar e, nesse sentido, em muito contribuir para que saibamos mais sobre a história dos contatos entre europeus, africanos e povos indígenas nos últimos cinco séculos.

A presença africana na América, a maior parte dela consequência do tráfico de escravos, vem também sendo pesquisada pela Arqueologia. Há mais de 20 anos, ocorrem na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, algumas das principais pesquisas nessa área. Reconhecida nacional e internacionalmente como a principal localidade do Quilombo dos Pal-





“Castrum Mauritis”
da Obra “Rerum Per
Octennium in Brasilis...”
GASPAR BARLAEUS, 1647

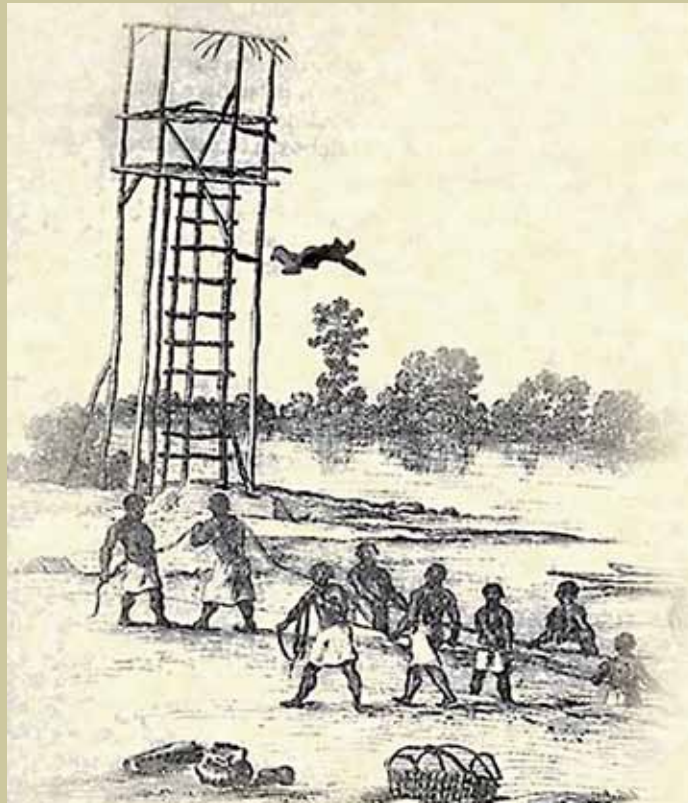
mares, arqueólogos da Ufal têm encontrado ali numerosos vestígios materiais, sobretudo cerâmicos (ALLEN, 2010).

As cerâmicas encontradas na região palmarina indicam a originalidade da cultura material do quilombo e também as múltiplas origens e contatos que houve ao longo dos mais de 100 anos de sua existência, praticamente por todo o século XVII (FUNARI, 2005). Também indicam dinâmicas de ocupação indígena anteriores ao quilombo. Muitas são as questões ainda a serem respondidas sobre o Quilombo, e a continuidade das pesquisas arqueológicas, não apenas na Serra da Barriga, mas em toda a extensão da ocupação quilombola, vai levantar elementos desconhecidos dessa história. Para quem quer ver de perto os resultados da pesquisa arqueológica em União dos Palmares, basta fazer uma visita ao Centro Arqueológico Palmarino do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico da Ufal.

Além de novos materiais e objetos, a chegada dos europeus introduziu outro elemento de estudo para a Arqueologia: as proeminentes construções de pedra.

As culturas indígenas do Nordeste Brasileiro não usavam pedras e telhas de cerâmica para edificar suas casas. Estas eram feitas exclusivamente de madeira, palhas e demais materiais orgânicos. Ao entrarem em decomposição, os únicos vestígios que elas deixam são evidências singelas e muitas vezes imperceptíveis a olho nu (manchas escuras no solo, buracos de estaca etc.), ou seja, sinais de que ali houve em outro tempo uma estrutura de habitação. Mas ao chegarem os europeus, estes passam a edificar fortes, igrejas e casas de administração colonial com estruturas maiores e mais duradouras e que, mesmo depois de destruídas, deixam vestígios materiais mais evidentes (fundações, ruínas).

Um desses elementos que vêm sendo investigados com atenção são as fortificações holandesas no território alagoano. Uma das mais importantes foi o Forte Maurício, construído pelos holandeses quando tomaram Penedo em 1637. Penedo foi o limite extremo sul da ocupação holandesa no Nordeste Brasileiro. Em 1645, ao retomarem a cidade, os portugueses, para apagar a lembrança da presença ho-



Única imagem do século
XVII retratando o
Quilombo dos Palmares.
GASPAR BARLEUS, 1647



Vista do
Forte Maurício.
MONTANUS, 1671



Rio São Francisco.
FRANS POST, 1638

landesa, puseram o Forte Maurício abaixo e, sobre suas ruínas, ergueram a nova vila de Penedo. Atualmente, os vestígios do forte estão sendo pesquisados, e, graças à documentação iconográfica histórica e a estudos geoarqueológicos na cidade, sua provável localização hoje pode ser estimada. Além dos vestígios arqueológicos relacionados aos holandeses, pesquisas arqueológicas na antiga vila de Penedo têm também contribuído para que possamos conhecer como era a vida cotidiana em Alagoas quando esta ainda fazia parte da Capitania de Pernambuco e o Brasil era

então uma colônia do território português.

Esses são apenas alguns dos temas possíveis de serem estudados pela Arqueologia. Muitos outros podem também ser citados. Como os sambaquis, aterros construídos por conchas, ossos e terras por grupos humanos pré-coloniais habitantes do litoral. Ou as estruturas de antigos engenhos, cujos estudos ajudam a compreender as dinâmicas do sistema canavieiro, tão marcante no Estado desde os primórdios da colonização europeia. Ou ainda as investigações sobre a época auge das ferrovias e os primórdios da industrialização. Os assuntos para a pesquisa arqueológica são infindáveis, mesmo porque a Arqueologia não é apenas uma ciência do passado, ela também pode estudar o presente, como acontece em outros países, onde pesquisadores analisam os aterros sanitários contemporâneos para entender, por exemplo, padrões de consumo da Sociedade Moderna. E há ainda um outro tema arqueológico, para muitos o mais fascinante, e sobre o qual também há muito material de pesquisa aqui em Alagoas: os registros rupestres.

OS REGISTROS RUPESTRES EM ALAGOAS

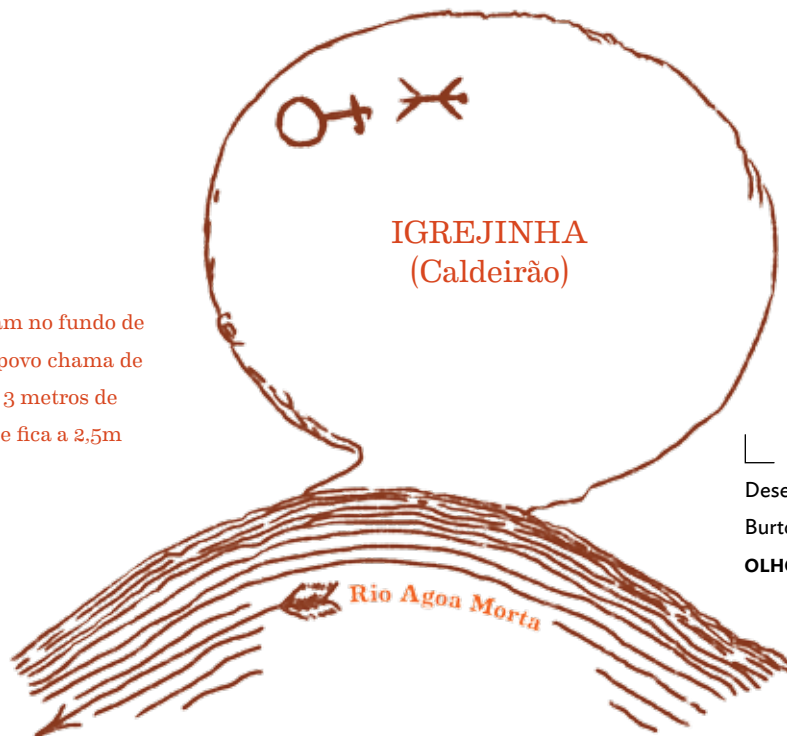
Os grafismos rupestres em Alagoas foram reproduzidos pela primeira vez na década de 1860, em viagem que Moreira Barros, o então presidente da província, fez ao Sertão. Na ocasião, acompanhava-o o engenheiro Carl Krauss, que desenhou algumas das pinturas e gravuras encontradas. Os desenhos originais estão perdidos, mas, naquela mesma década do século XIX, o aventureiro inglês Richard Burton viajou pelo rio São Francisco e, também notando a presença de inscrições rupestres em várias de suas margens, reproduziu os esboços de Krauss em sua obra. Burton, com um tom quase lírico e muito pessimismo, alertava naquela época para os riscos de desaparecimento desses grafismos e a grande perda que isso significaria. Assim ele escreveu: “*seria*

muito de desejar-se que todos esses antigos remanescentes fossem fotografados, antes de se estragarem; presentemente, cada caipira que aparece, instintivamente mete a ponta de seu canivete no ‘letreiro’, como para vingarse, por não poder descobrir seu segredo. A interpretação esclarecerá um ponto obscuro da idade pré-histórica do Brasil” (BURTON, 1977 [1968], p. 329).

Os grafismos rupestres espalhados em abundância por todo o Brasil continuam desafiando a imaginação e interpretação dos observadores e também as técnicas da pesquisa arqueológica. De fato, é muito difícil fazer qualquer afirmação contundente sobre o sentido que a criação dessas imagens possuía para os antigos habitantes dessas terras. Certamente, os pintores e gravadores tinham preocupações estéticas ao fazer suas obras, e por isso podemos

“Estes caracteres se encontram no fundo de um caldeirão natural, que o povo chama de igreja, e que tem cerca de 3 metros de diâmetro, 4 de profundidade e fica a 2,5m acima do nível do rio.”

Escala - 1 : 14



Desenho e texto de Richard Burton em 1866 – Sítio Riacho.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO

chamá-las de arte. Mas também é preciso considerar outras motivações para esses grafismos. Traços repetidos poderiam ser alguma forma de contagem, assim como círculos em conjunto talvez estivessem relacionados a conhecimentos astronômicos ou ainda a sinais de comunicação pré-definidos cognitivamente pelos grupos executores. São tantas técnicas e estilos que, *“provavelmente, os autores de tamanha*

variedade de estilos e tradições tinham preocupações também diversas” (PROUS, 1992, p. 539).

Tradição é um termo muito utilizado por grande parte dos arqueólogos brasileiros para ordenar, num sistema classificatório racional e lógico, os diferentes conjuntos de evidências materiais. Pertencem à mesma tradição aqueles compostos por atributos similares e distribuídos num



determinado horizonte temporal e espacial. Esse termo é amplamente empregado para definir distintos grupos humanos por meio dos seus registros rupestres e/ou por meio de seus artefatos líticos e cerâmicos. No caso dos registros rupestres, uma tradição se define pela permanência de determinados traços e temáticas em um conjunto amplo de representações pictóricas.

Em Alagoas, segundo alguns estudiosos, existem manifestações relacionadas às Tradições Nordeste, Agreste, São Francisco e Geométrica. Mas ainda carecemos de estudos mais aprofundados para tratar das tradições rupestres no





Sítio Abrigo Nova Esperança.

OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Estado. Existem também formas mais amplas de classificar os grafismos rupestres. Vamos lançar mão delas aqui apenas para mostrar a variedade e riqueza desses registros.

Há muitos paredões de rocha nos quais estão pintadas figuras que imediatamente lembram um humano, um animal ou uma planta. Essas pinturas são grafadas como se estivessem estáticas, como uma Mona Lisa que posa para o pintor. Também conhecidas como 'grafismos de composição', são bastante abundantes em Alagoas. Um exemplo delas está no sítio Abrigo Nova Esperança, localizado no município de Olho d'Água do Casado.



Sítio Abrigo Nova Esperança.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Outra forma comum de representação rupestre é aquela na qual diferentes elementos figurativos parecem estar unidos em uma cena. As figuras também representam pessoas, animais e plantas, mas nesse caso sugerem o movimento, a realização de uma ação, como uma caça ou uma festa. Esse é um tipo de registro mais raro, mas o encontramos, por exemplo, no sítio Platô do Talhado (MAX-459), também localizado em Olho d'Água do Casado. Ainda que um tanto apagadas pelo tempo, suas pinturas parecem representar uma cena de figuras humanas associadas a outros elementos pictóricos.

Sítio Platô do Talhado 9.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO





Painel do Sítio Cosmezinho.

PÃO DE AÇÚCAR

Mais abundantes são as representações dos chamados “grafismos puros”. Em geral, esses elementos rupestres são tudo aquilo que não nos leva a imaginar diretamente uma figura, o que não significa, no entanto, que o seu pintor ou escultor não estivesse querendo representar um ser vivo, um objeto ou um astro. Vejamos, por exemplo, uma das figuras do sítio Bom Nome 03, em Pão de Açúcar. Seria ela apenas uma sequência de triângulos e traços? E as figuras pintadas no sítio Cosmezinho, também em Pão de Açúcar, representam apenas círculos isolados? Esses dois painéis são bastante exemplares de como é sempre muito difícil para o observador de hoje compreender o sentido que os Homens

do passado deram à ação de grafar e às formas pintadas e gravadas na parede.

Sobre o material utilizado para realizar essas ações, sabemos que as tintas eram feitas com pigmentos minerais e/ou orgânicos, e instrumentos de pedra possibilitavam a execução das gravuras. São materiais frágeis; por isso, quando admiramos um paredão de grafismos antigos, o que vemos é apenas a parte miúda do que resistiu ao tempo. Milhares de outras inscrições foram feitas e já sumiram. O que hoje pode ser visto é apenas um pouco daquilo que um dia realizou-se por estas terras. Uma parte tão pequena de um passado tão distante; mais um motivo que torna sua preservação um grande desafio.



Sítio Morro de Lampião.

PÃO DE AÇÚCAR



Pintura no Sítio

Bom Nome 03.

PÃO DE AÇÚCAR



Sítio Platô do Talhado 5.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO



Platô do Talhado 1.

OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Desde 1961, com a Lei Federal 3.924 de proteção ao patrimônio arqueológico, os grafismos rupestres passaram a receber a mesma atenção legal que qualquer outro vestígio arqueológico. São patrimônios comuns de todos os brasileiros e devem ser protegidos pelo Poder Público. Como ocorre com todos os bens arqueológicos, é fundamental sua conservação no sítio arqueológico onde eles se encontram. E mais, como nem mesmo os arqueólogos poderão retirá-los do local onde foram feitos, será ali que eles continuarão existindo. Sua preservação exige muita atenção e um cuidado permanente, pois, além de sofrerem com a ação do tempo e do vandalismo, estão suscetíveis às intervenções humanas na natureza. Assim como qualquer sítio arqueológico e todo o meio ambiente, devem ser protegidos para garantir que as futuras gerações também possam desfrutá-los.



Sítio Maribondo.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO

A PALEONTOLOGIA

Jorge Luiz Lopes da Silva



Smilodon
populator Lund,
1842

A etimologia da palavra Paleontologia compõe-se de três raízes gregas: palaiós (παλαιος) – ‘antigo’; ôntos (οντος) – ‘o ser’, ‘o que é’; e lógos (λογος) – ‘tratado’, ‘fundamento’, ‘razão’. O termo foi criado em 1825 por Blainville. Em sentido literal, pode ser compreendido como o “Estudo dos Seres Antigos”.

Como ciência, a Paleontologia engloba a análise descritiva e interpretativa da vida, durante os períodos geológicos, através do estudo dos fósseis. Do ponto de vista da Geologia, ela contribui para o entendimento dos paleoambientes, da idade relativa das rochas e da evolução cronológica do planeta. Do ponto de vista da Biologia, ela contribui para o entendimento da ori-

gem e evolução da Vida no planeta.

Uma definição bem objetiva muito utilizada hoje é: a Paleontologia é a ciência que estuda os fósseis. Então, pergunta-se:

O que é um fóssil?

A palavra Fóssil deriva do termo latino “fossilis”, referido pela primeira vez por Plínio no século I^o antes de Cristo. A sua raiz, “fossus”, particípio passado de “fodere” (ou seja, cavar), significa literalmente “o que se extrai cavando”. Com o tempo, o termo fóssil foi perdendo seu conteúdo mineralógico, de modo a apenas incluir os

vestígios de estruturas somáticas (relativo ao corpo) de paleorganismos ou traços e marcas de atividade orgânica, preservados por processos geológicos. Os fósseis são subdivididos em duas categorias:

1. Somatofósseis: são os restos ou vestígios de estruturas somáticas, isto é, do corpo de organismos pretéritos; por exemplo, uma escama de peixe ou uma ossada;
2. Icnofósseis: são as marcas de atividade orgânica, tais como: pegadas, ovos, fezes fossilizadas (chamadas de coprólitos), marcas de alimentação e habitação.



Escavação de fósseis de *Eremotherium laurillardi*
Lund 1842, Sítio
Paleontológico Picos II.
PIRANHAS



Sítio Paleontológico
Pícos II.
PIRANHAS

OS TANQUES



Eremotherium laurillardi

Lund, 1842

Em Alagoas, os principais sítios paleontológicos estão concentrados principalmente na região semiárida, onde os fósseis são encontrados em depósitos chamados de “Tanques”. Tanques são depressões, na maioria das vezes de forma ocelar, ovalada ou circular, encontradas nas rochas do embasamento cristalino, preenchidas por sedimentos, podendo conter em seu interior restos de mamíferos pleistocênicos.

A ação erosiva formando Tanques parece ter sido mais efetiva do final do Pleistoceno ao começo do Holoceno, coincidindo com a mudança climática do úmido para o seco ocorrida nesse intervalo de tempo, causando o desaparecimento das ricas savanas e a extinção de grande parte da fauna de vertebrados.

Com a mudança climática, os Tanques desempenharam um papel importante na sobrevivência de muitos animais nas



Rochas do embasamento cristalino: rochas cristalinas (principalmente o granito e o gnaiss) que na região semiárida apresentam-se muito próximas à superfície formando a base do relevo onde estão depositados os sedimentos.

O Pleistoceno e o Holoceno são épocas da era Cenozóica. São as mais recentes épocas da cronologia geológica. O pleistoceno começou há cerca de 2.500.000 anos e encerrou-se por volta de 10.000 anos atrás. A partir daí, começou o Holoceno, estendendo-se até os dias de hoje.

Anel de rochas aflorantes, de formato circular, conhecidas como Tanques na estação de chuvas, onde foram encontrados fósseis de megamamíferos.

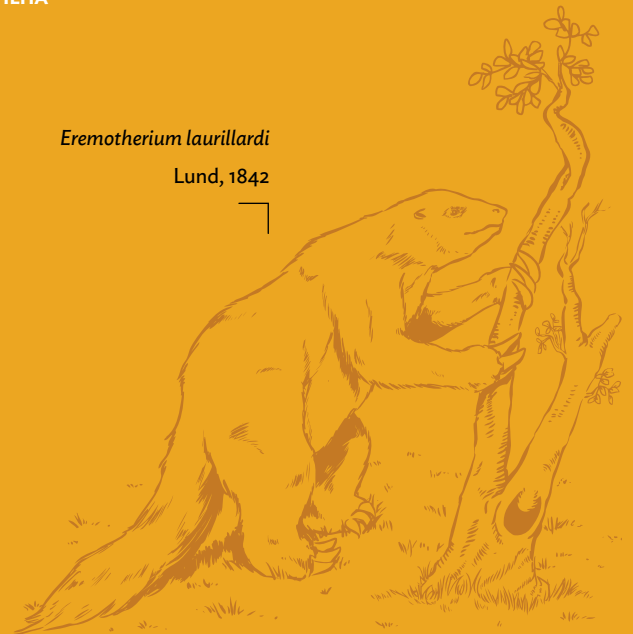
MARAVILHA



Tanque em estágio embrionário de forma ocelar.

MARAVILHA

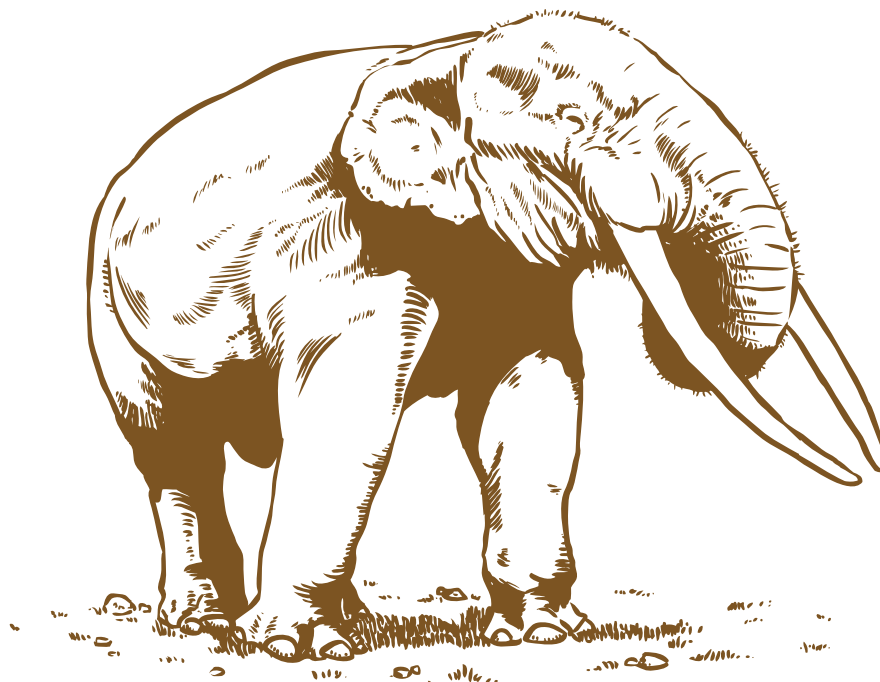
Eremotherium laurillardi
Lund, 1842



fases mais secas do Pleistoceno, transformando-se nos últimos bebedouros naturais remanescentes, constituindo-se nos lugares de convergência da rica fauna de vertebrados. Grande número desses animais, principalmente os mamíferos, morreu de sede e de fome próximo aos Tanques. Com a ação de enxurradas torrenciais que ocorreram no período, muitos de seus fósseis foram levados para dentro dos Tanques e depois soterrados.

Nos últimos quinze anos, a equipe do

Setor de Paleontologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (SP-MHN-UFAL) vem coletando material em diversas escavações paleontológicas. Baseando-se nesse material, principalmente em ossos cranianos dentes, foi possível identificar a maioria das espécies e conhecer um pouco sobre os hábitos alimentares e possíveis nichos ecológicos desses organismos no ecossistema passado (SILVA, 2008).



Stegomastodon waringi
Holland, 1920

O PASSADO DO SERTÃO ALAGOANO

A fauna que vem sendo estudada pelos paleontólogos em Alagoas é dominada por herbívoros de grande porte, com presença de carnívoros, o que permite imaginar que há dezenas de milhares de anos, na região do semiárido alagoano, havia um cenário típico dos ambientes abertos do tipo savana. Esta hipótese está em conformidade com trabalhos de outros autores, que nos demais estados do Nordeste vêm encontrando vestígios dessa megafauna.

Os somatofósseis e icnofósseis pesquisados remetem a um paleoambiente existente desde cerca de 85 mil anos até 10 mil anos atrás, época do fim do Pleistoceno e início do Holoceno. Podemos saber que uma de suas características era apresentar um clima quente ligeiramente

úmido já tendendo para o atual quente e seco. Possuindo vegetação do tipo savana arbórea, caracterizava-se pela presença de algumas grandes áreas abertas, predominando as gramíneas, cactáceas e bromeliáceas, além de algumas árvores e arbustos dispersos. Os dados isotópicos revelam nessa área a antiga existência de megamamíferos, com hábitos alimentares distintos, não especializados, com exceção do carnívoro.

Grandes manadas de *Stegomastodon waringi* e grupos de *Ereomotherium laurillardi* pastavam nas áreas abertas, junto aos *Xenorhinotherium bahiense* e aos *Palaolama major*. Enquanto isso os *Toxodon platensis* ficavam próximos aos Tanques ou no interior destes, alimentando-se de macrófitas aquáticas e saindo provavelmente à noite para pastar, observados e



Toxodon platensis

Owen, 1840

pelos predadores carnívoros.

O ambiente não se alterou tanto em relação àquele do fim do Pleistoceno. No entanto, hoje podem ser notadas três grandes diferenças: primeira, a menor quantidade da água (que sustenta a vida); segunda, a menor quantidade de árvores nas margens dos rios e Tanques; terceira, a ausência das enormes manadas desses formidáveis animais que enchem de vida essas paisagens quando se deslocavam pela grande vastidão do Pediplano Sertanejo.

MAMÍFEROS PLEISTOCÊNICOS EM ALAGOAS

Stegomastodon waringi Holland, 1920

Antigos mastodontes que habitaram grande parte do território brasileiro. Tinham o porte dos elefantes atuais, mas com presas às vezes enormes, de até um metro e meio, pouco recurvadas. Esses animais viviam em bandos numerosos nas regiões com savana arbórea, próximas às bacias hidrográficas que cortavam o nosso território, alimentando-se de capim, folhas, e brotos. Ossos e dentes de mastodontes foram coletados em grande quantidade nas escavações em Maravilha, sendo também os que estavam em melhor estado de preservação (SILVA, 2008).



***Eremotherium laurillardi* Lund, 1842**

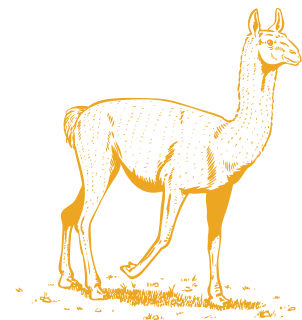


Conhecida como uma das espécies de preguiças gigantes. Mediam seis metros de comprimento (incluindo a cauda), com quatro metros de altura na postura bípede e quase dois metros de altura na postura quadrúpede, chegando a pesar cinco toneladas (Cartelle, 2000).

***Xenorhinotherium bahiense* Cartelle & Lessa, 1988**



Lembram singelamente as antas modernas. Tem crânio de forma semelhante à dos equídeos, alongado, irregularmente elíptico, porém com a parte anterior do dorso marcadamente deprimida, descendente em forma gradual até a porção anterior. A região nasal é muito modificada, com os ossos respectivos reduzidos a um mínimo e a possibilidade da presença de uma tromba curta.

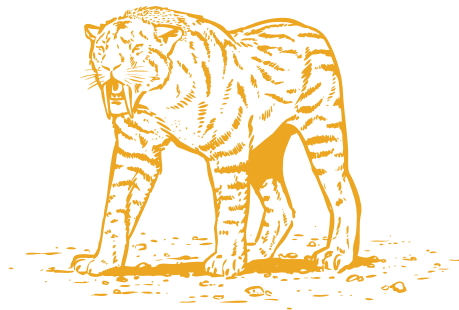
***Palaeolama major* Liais, 1872**

Como o nome sugere, refere-se a uma espécie antiga de lhama. Em território brasileiro, foram encontrados, além de esqueletos completos, coprólitos (fezes fossilizadas), pêlo e úngula (casco) de um dos dois dedos que possuíam nas mãos. Como as atuais lhamas, tinham pêlos longos (de até dez centímetros de comprimento) de coloração marrom clara. Por meio dos esqueletos fósseis, pôde-se concluir que os Palaeolama tinham a aparência das lhamas atuais, sendo, porém, de porte mais avantajado, pouco menor que os camelos atuais (Cartelle, 1994).

***Toxodon platensis* Owen, 1840**

Podiam atingir o tamanho de um grande rinoceronte ou de um hipopótamo. Seu crânio chegava a medir de 60 a 70 cm de comprimento. Tinham um pescoço curto e forte, o tronco volumoso, com uma conspícua corcova dorsal, e uma cauda curta. Possuíam ainda membros locomotores relativamente curtos e maciços, em forma de colunas, semelhantes aos dos hipopótamos e elefantes, com os anteriores mais curtos que os posteriores, de onde se deduz um possível hábito “anfíbio” (Paula-Couto, 1979).

Smilodon populator Lund, 1842



Antigos felinos, os tigres-dentes-de-sabre eram adaptados a uma dieta carnívora, ocupando o topo da cadeia alimentar. Eram geralmente de grande tamanho, providos de grandes caninos superiores transformados em defesas, com a forma de sabre. Com a extinção dos megaherbívoros, não sobreviveram a essa mudança faunística na região semiárida.

Sítio Paleontológico

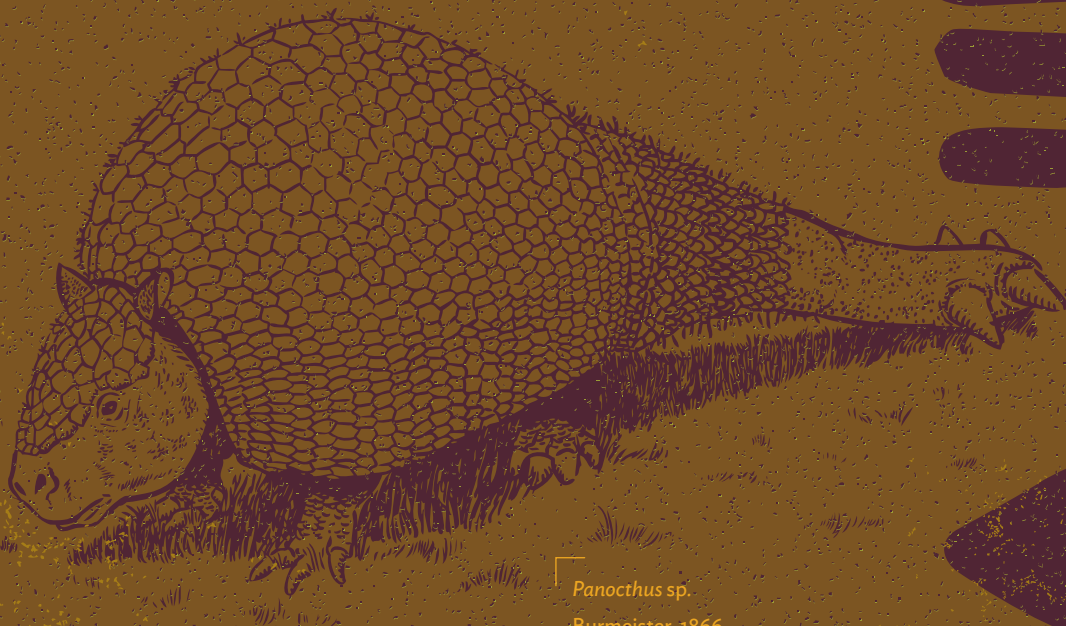
Picos II.

PIRANHAS

Fosseis de outros animais da megafauna pleistocênica também foram encontrados no território de Alagoas. São eles: *Catonyx cuvieri* Lund, 1839 (preguiça gigante de porte menor que *Eremotherium laurillardi*); *Eqqus* (*Amerhippus*) *neogaeus* Lund, 1842 (semelhante ao cavalo); *Panocthus* sp. Burmeister, 1866 (tatu gigante); *Glyptodon* sp. Owen, 1938 (também um tatu gigante); *Blastocerus dichotomus* Wagner, 1844 (cervo do Pantanal).



OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E PALEONTOLÓGICOS NO ESTADO DE ALAGOAS



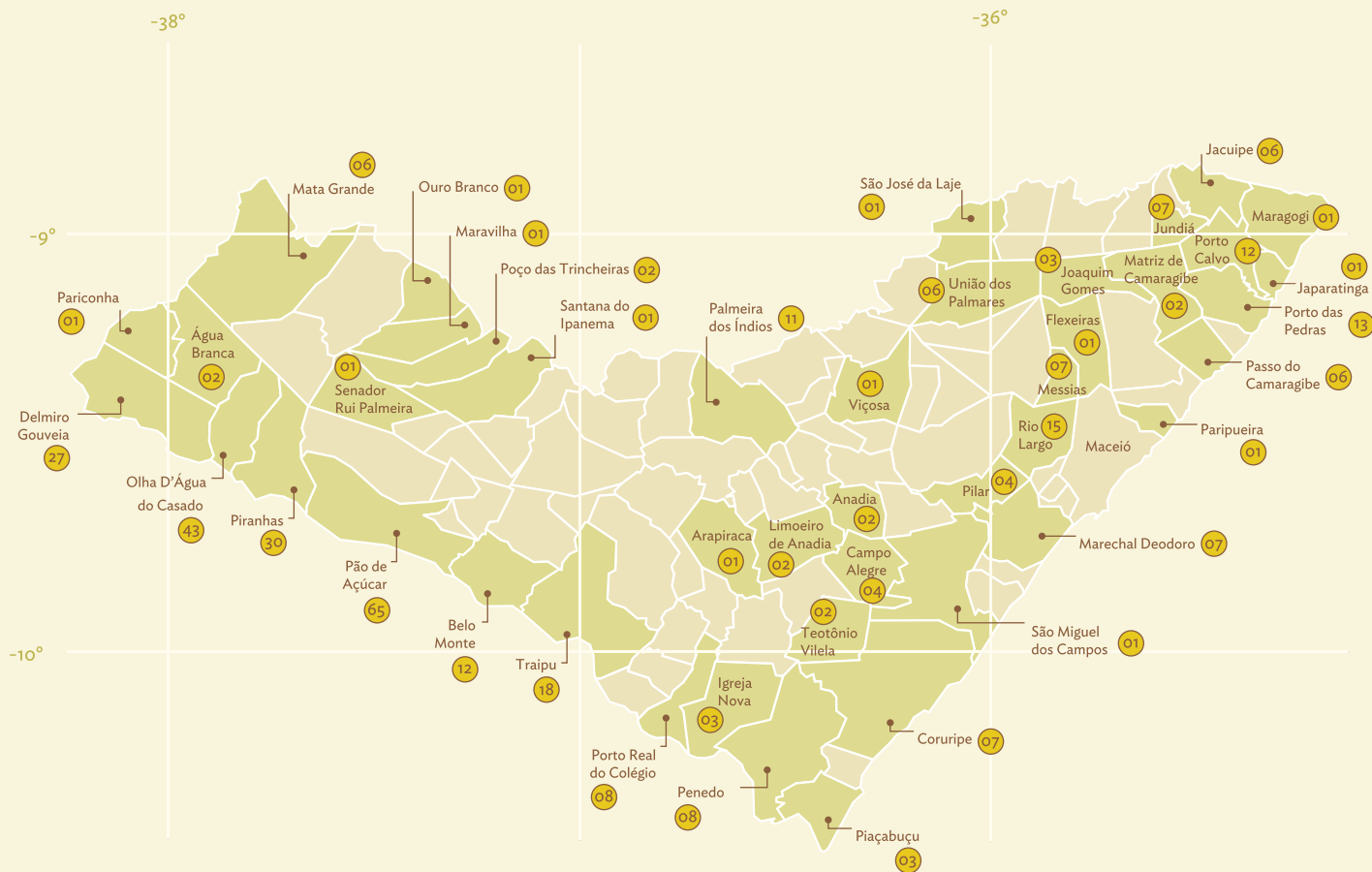
Panochthus sp.
Burmeister, 1866





└
Sítio Platô do Talhado 08.
OLHO D'ÁGUA DO CASADO

MUNICÍPIOS ALAGOANOS COM SÍTIOS E OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS IDENTIFICADOS



● Número de sítios por município.

SÍTIOS E OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS EM ALAGOAS

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Água Branca	AL 0043 LA/UFPE	Rupestre
Água Branca	AL 0044 LA/UFPE	Rupestre
Anadia	São Pedro	Pré-colonial
Anadia	Maia	Pré-colonial
Arapiraca	Alazão	Pré-colonial
Belo Monte	Alto da Serra	Histórico
Belo Monte	Ilha dos Prazeres	Pré-colonial
Belo Monte	Jardim	Pré-colonial
Belo Monte	Itamaraty	Pré-colonial
Belo Monte	Carnaúba	Pré-colonial
Belo Monte	Mundo Novo	Pré-colonial
Belo Monte	Poente	Pré-colonial
Belo Monte	Furna	Pré-colonial
Belo Monte	Jacobina	Pré-colonial
Belo Monte	Salgado	Pré-colonial
Belo Monte	Traipu	Pré-colonial
Belo Monte	Cosmo	Pré-colonial
Campo Alegre	Bom Jardim	Histórico
Campo Alegre	São Benedito	Histórico
Campo Alegre	Gitirana	Pré-colonial / Histórico
Campo Alegre	Sítio de Acesso	Pré-colonial
Coruripe	Coruripe 01	Pré-colonial
Coruripe	Djalma 01	Pré-colonial
Coruripe	Djalma 02	Pré-colonial
Coruripe	Djalma 03	Pré-colonial
Coruripe	Djalma 04	Pré-colonial
Coruripe	Djalma 05	Pré-colonial
Coruripe	Tranqüilidade	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	Lamarão	Pré-colonial / Histórico

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Delmiro Gouveia	Xingó	Pré-colonial / Histórico
Delmiro Gouveia	Mirador I	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	Mirador II	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	Castanho	Rupestre
Delmiro Gouveia	Brejo	Rupestre
Delmiro Gouveia	São José I	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	São José II	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	São Francisco I	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	São Francisco II	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	Curva do Talhado	Rupestre
Delmiro Gouveia	Talhado II	Rupestre
Delmiro Gouveia	Talhado III	Rupestre
Delmiro Gouveia	Salgado	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	Pedra Aves	Pré-colonial
Flexeiras	AL 0035 LA/UFPE	Histórico
Igreja Nova	Piqui	Pré-colonial
Igreja Nova	Penitência	Pré-colonial
Igreja Nova	Tubiba	Histórico
Jacuípe	Ocorrência 31	Pré-colonial
Jacuípe	Ocorrência 32	Pré-colonial
Jacuípe	Ocorrência 33	Pré-colonial
Jacuípe	Ocorrência 34	Pré-colonial
Jacuípe	Ocorrência 35	Pré-colonial
Jacuípe	Ocorrência 36	Pré-colonial
Japaratinga	AL 0022 LA/UFPE	Histórico
Joaquim Gomes	Ocorrência 18	Pré-colonial
Joaquim Gomes	Ocorrência 19	Pré-colonial
Joaquim Gomes	AL 0072 LA/UFPE	Histórica
Jundiá	Ocorrência 22	Pré-colonial
Jundiá	Ocorrência 23	Pré-colonial
Jundiá	Ocorrência 26	Pré-colonial
Jundiá	Ocorrência 27	Pré-colonial
Jundiá	Ocorrência 28	Pré-colonial

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Jundiá	Ocorrência 29	Pré-colonial
Jundiá	Ocorrência 30	Pré-colonial
Limoeiro de Anadia	Baixa das Flores	Pré-colonial
Limoeiro de Anadia	Chã da Cajazeira ou Taquara	Pré-colonial
Maragogi	Genipapo	Histórico
Maravilha	Serra da Caiçara	Rupestre
Marechal Deodoro	Caboclo 01	Histórico
Marechal Deodoro	Caboclo 02	Pré-colonial / Histórico
Marechal Deodoro	Cemitério Padre Silvestre	Pré-colonial / Histórico
Marechal Deodoro	Vila Eponina	Histórico
Marechal Deodoro	Lazareto	Histórico
Marechal Deodoro	Igreja/Convento de Santa Maria Madalena	Histórico
Marechal Deodoro	Saco da Pedra	Pré-colonial
Mata Grande	Furna da Onça	Pré-colonial / Histórico
Mata Grande	Escola Isolada Poço Branco	Pré-colonial / Histórico
Mata Grande	Ponte do Rio Moxotó	Pré-colonial / Histórico
Mata Grande	Espinhos	Pré-colonial / Histórico
Mata Grande	Lajeado das Palmeiras	Pré-colonial / Histórico
Mata Grande	Sítio do Mocambo	Histórico
Matriz de Camaragibe	Ocorrência 20	Pré-colonial
Matriz de Camaragibe	Ocorrência 21	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 11	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 12	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 13	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 14	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 15	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 16	Pré-colonial
Messias	Ocorrência 17	Pré-colonial
Olho d'Água do Casado	Maribondo	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Caibeira do Talhado	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Talhado I	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Sal	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Pia do Gato	Rupestre

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Olho d'Água do Casado	Pedra Escavada	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Pedra Marcada	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Pedra Grande	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Pedra do Caçador	Rupestre
Olho d'Água do Casado	CWBR	Rupestre Histórico
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado I - MAX-450	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado II - MAX-452	Rupestre Histórico
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado III - MAX-451	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado IV - MAX-453	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado V - MAX-454	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado VI - MAX-455 e MAX-456	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado VII - MAX-457	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado VIII - MAX-458	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado IX - MAX-459	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado X - MAX-460	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Platô do Talhado XI - MAX-461	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Poldinho	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Abrigo Nova Esperança	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Macambira	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Pedra Erodida	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Açude	Rupestre e Histórico
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Encontro do Talhado	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado I	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado II	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado III	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado IV	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado V	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado VI	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado VII	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado VIII	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado IX	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado X	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado XI	Rupestre

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado XII	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Riacho do Talhado XIII	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado I	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado II	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado III	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado IV	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado V	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado VI	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado VII	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado VIII	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado IX	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado X	Rupestre
Olho d'Água do Casado / Delmiro Gouveia	Afluente do Talhado XI	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Riacho	Rupestre
Olho d'Água do Casado	Cancamunhé	Pré-colonial
Olho d'Água do Casado	Fazenda Velha I	Pré-colonial
Olho d'Água do Casado	Fazenda Velha II	Pré-colonial
Ouro Branco	Pedra da Capelinha	Rupestre
Palmeira dos Índios	BALSAMO 01	Pré-colonial / Histórico
Palmeira dos Índios	BALSAMO 02	Pré-colonial / Histórico
Palmeira dos Índios	BALSAMO 03	Pré-colonial / Histórico
Palmeira dos Índios	BALSAMO 08	Histórico
Palmeira dos Índios	Igreja Velha	Pré-colonial
Palmeira dos Índios	Lagoa dos Pagãos	Pré-colonial
Palmeira dos Índios	Serra do Goiti	Pré-colonial
Palmeira dos Índios	Serra do Coité	Pré-colonial
Palmeira dos Índios	Macacos	Pré-colonial
Palmeira dos Índios	Serra dos Leitões	Pré-colonial
Palmeira dos Índios	Serra da Palmeira (Capela)	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Confusão ou Carcará 01	Rupestre
Pão de Açúcar	Edízio	Rupestre
Pão de Açúcar	Gervásio ou Cuidado	Rupestre
Pão de Açúcar	Imburana I	Rupestre

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Pão de Açúcar	Imburana II	Rupestre
Pão de Açúcar	Seguro	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Fechado	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Vida	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Barra	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Raça	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Marajó	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Riacho Cheio	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Porto	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Floriano	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Arnóbio	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Mata Comprida	Histórico
Pão de Açúcar	Doce	Histórico
Pão de Açúcar	Morro	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Leão	Histórico
Pão de Açúcar	Umbuzeiro	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Saulo	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Maria	Histórico
Pão de Açúcar	Mata da Onça	Histórico
Pão de Açúcar	Capinaçu	Histórico
Pão de Açúcar	Morrinho	Histórico
Pão de Açúcar	Branco	Histórico
Pão de Açúcar	Patos	Histórico
Pão de Açúcar	Madeira	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Cusco	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Artur	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Bela	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Fogo	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Sol	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Barra do Farias	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Morena	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Taperinha	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Bonito	Pré-colonial

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Pão de Açúcar	Manchinha	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Morcego	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Pilão	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Gruta Grande	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Ilha do Inferno	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Quiriba	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Braúna	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Bojo	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Santo Antônio	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Queimada	Pré-colonial
Pão de Açúcar	Modesto	Rupestre
Pão de Açúcar	Diniz	Rupestre
Pão de Açúcar	Pão de Açúcar 01	Histórico
Pão de Açúcar	Pão de Açúcar 02	Pré-colonial / Histórico
Pão de Açúcar	Pão de Açúcar 03	Rupestre / Histórico
Pão de Açúcar	Cosmezinho	Rupestre
Pão de Açúcar	Morro de Lampião	Rupestre
Pão de Açúcar	Ilha dos Cavalos I	Rupestre
Pão de Açúcar	Ilha dos Cavalos II	Rupestre
Pão de Açúcar	Carcará 02	Rupestre
Pão de Açúcar	Pedra do Tanque	Rupestre
Pão de Açúcar	Bom Nome ou Bom Nome 01	Rupestre
Pão de Açúcar	Bom Nome 02	Rupestre
Pão de Açúcar	Bom Nome 03	Rupestre
Pão de Açúcar	Bom Nome 04	Rupestre
Pão de Açúcar	Bom Nome 05	Rupestre
Pão de Açúcar	Pedreira	Rupestre
Pão de Açúcar	Morro do Bento	Rupestre
Pariconha	Moxotó 02	Pré-colonial / Histórico
Parípueira	Costa Brava	Histórico
Passo de Camaragibe	Barra do Camaragibe 01 ou Morro de Camaragibe	Histórico
Passo de Camaragibe	Barra do Camaragibe 02	Histórico
Passo de Camaragibe	Barra do Camaragibe 04	Pré-colonial

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Passo de Camaragibe	Barra do Camaragibe 05	Histórico
Passo de Camaragibe	Barra do Camaragibe 06	Pré-colonial / Histórico
Passo do Camaragibe	Barra do Camaragibe 03	Pré-colonial
Penedo	Imbi	Pré-colonial
Penedo	Providência	Pré-colonial
Penedo	Palma*	Pré-colonial
Penedo	Jamari	Pré-colonial
Penedo	Pindorama	Pré-colonial / Histórico
Penedo	Ivonete	Pré-colonial / Histórico
Penedo	Boacica	Histórico
Penedo	Caparu*	Pré-colonial
Piaçabuçu	Aratu	Pré-colonial
Piaçabuçu	Jenipabu*	Pré-colonial
Piaçabuçu	Poti*	Pré-colonial
Pilar	Sumaúma	Pré-colonial
Pilar	Horizonte	Histórico
Pilar	Santo Antônio	Pré-colonial / Histórico
Pilar	AL 0049 LA/UFPE	Pré-colonial / Histórico
Piranhas	Tanque	Pré-colonial
Piranhas	Barragem	Pré-colonial
Piranhas	Cipó	Histórico
Piranhas	Barracão	Histórico
Piranhas	Lisboa I	Rupestre
Piranhas	Lisboa II	Rupestre
Piranhas	Vanda	Histórico
Piranhas	Capela	Histórico
Piranhas	Ruínas	Pré-colonial
Piranhas	Menina Cantora	Histórico
Piranhas	Pedra do Sino	Histórico
Piranhas	Chácara	Histórico
Piranhas	Quartzo	Pré-colonial
Piranhas	Roçadinho	Pré-colonial
Piranhas	Boa Vista	Pré-colonial

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Piranhas	Magaem	Histórico
Piranhas	Sinimbu	Pré-colonial
Piranhas	Algaroba	Pré-colonial
Piranhas	Canafisto	Pré-colonial
Piranhas	Pau Ferro	Pré-colonial
Piranhas	Cobra	Pré-colonial
Piranhas	Macacos	Pré-colonial
Piranhas	Mangueira	Pré-colonial
Piranhas	Quixabeira Encantada	Pré-colonial / Histórico
Piranhas	Remanso	Pré-colonial / Histórico
Piranhas	Perigo	Pré-colonial
Piranhas	Montes	Pré-colonial
Piranhas	Barracão II	Pré-colonial
Piranhas	Fonte da Mogiana 01	Rupestre
Piranhas	Fonte da Mogiana 02	Rupestre
Poço das Trincheiras	Pedra da Mão	Rupestre
Poço das Trincheiras	Pedra da Casinha	Rupestre
Porto Calvo	Ocorrência 24	Pré-colonial
Porto Calvo	Ocorrência 25	Pré-colonial
Porto Calvo	Igreja Nossa Senhora da Apresentação	Histórico
Porto Calvo	Capricho	Histórico
Porto Calvo	Colinas	Histórico
Porto Calvo	Cova da Onça	Histórico
Porto Calvo	Crasto	Histórico
Porto Calvo	Escurial	Histórico
Porto Calvo	Estaleiro	Histórico
Porto Calvo	Guaribas	Histórico
Porto Calvo	Ilha do Guedes	Histórico
Porto Calvo / Maragogi	Capiana	Histórico
Porto de Pedras	Patacho	Histórico
Porto de Pedras	AL 0021 LA/UFPE	Pré-colonial
Porto de Pedras	AL 0023 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0024 LA/UFPE	Pré-colonial / Histórico

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
Porto de Pedras	AL 0025 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0026 LA/UFPE	Pré-colonial / Histórico
Porto de Pedras	AL 0027 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0028 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0029 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0030 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0031 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	AL 0032 LA/UFPE	Histórico
Porto de Pedras	São Gonçalo	Histórico
Porto Real do Colégio	Azeda	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Azedinha	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Araruta	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Bredo	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Macugé	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Mucunã	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Pinhão	Pré-colonial
Porto Real do Colégio	Velame*	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 01	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 02	Histórico
Rio Largo	Ocorrência 03	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 04	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 05	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 06	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 07	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 08	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 09	Pré-colonial
Rio Largo	Ocorrência 10	Pré-colonial
Rio Largo	Rio Largo	Histórico
Rio Largo	Estação Mundaú	Histórico
Rio Largo	AL 0036 LA/UFPE	Pré-colonial
Rio Largo	AL 0038 LA/UFPE	Histórico
Rio Largo	AL 0047 LA/UFPE	Pré-colonial
Santana do Ipanema	Santana 01	Pré-colonial / Histórico

MUNICÍPIO	SÍTIOS / OCORRÊNCIAS	CATEGORIA DE SÍTIO
São José da Laje	Espalhado	Histórico
São Miguel dos Campos	Furado	Histórico
Senador Rui Palmeira	Aldeia	Pré-colonial
Teotônio Vilela	Peri-peri	Pré-colonial
Teotônio Vilela	São João da Rocheira	Pré-colonial / Histórico
Traipu	Periperi	Pré-colonial
Traipu	Falsidade	Pré-colonial
Traipu	Macação	Pré-colonial
Traipu	Lagoa Furada	Pré-colonial
Traipu	Vinho	Pré-colonial
Traipu	Oca	Pré-colonial
Traipu	Coroa	Pré-colonial
Traipu	Vitória	Pré-colonial
Traipu	Bode	Pré-colonial
Traipu	Central	Pré-colonial
Traipu	Velho Nu	Pré-colonial
Traipu	Coribe	Pré-colonial
Traipu	Itaçu	Pré-colonial
Traipu	Caju	Pré-colonial
Traipu	Maracujá	Pré-colonial
Traipu	Iço	Pré-colonial
Traipu	Malva*	Pré-colonial
Traipu	Marimari*	Pré-colonial
União dos Palmares	Quilombo dos Palmares ou Serra da Barriga 01	Pré-colonial / Histórico
União dos Palmares	Serra da Barriga 02	Pré-colonial
União dos Palmares	Serra da Barriga 03	Pré-colonial
União dos Palmares	Serra da Barriga 04	Pré-colonial
União dos Palmares	Rosa	Pré-colonial
União dos Palmares	Sítio dos Teto	Pré-colonial
Viçosa	Pindoba	Histórico

TOTAL: 356 SÍTIOS E OCORRÊNCIAS IDENTIFICADOS EM ALAGOAS

Dados atualizados até dezembro de 2011

As ocorrências arqueológicas discriminadas na listagem correspondem àquelas registradas como tal ou como sítio no CNSA/IPHAN

Pré-colonial engloba os sítios de ocupação exclusivamente de grupos nativos ágrafos.

* Sítios constantes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/IPHAN como sendo sítios sergipanos.

MAIS INFORMAÇÕES:

www.iphan.gov.br

MUNICÍPIOS ALAGOANOS COM SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS IDENTIFICADOS

MAMÍFEROS PLEISTOCÊNICOS




SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS DE MEGAFUNA EM ALAGOAS

MUNICÍPIO	SÍTIO PALEONTOLÓGICO	ESPÉCIES ENCONTRADAS	TIPO DE JAZIGO
Água Branca	Lagoa das Pedras	<i>Eremotherium laurillardi</i> <i>Stegomastodon waringi</i> <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Anadia	Sem nome	<i>Stegomastodon waringi</i>	Tanque em rocha granítica
Cacimbinhas	Chauã	<i>Eremotherium laurillardi</i> <i>Stegomastodon waringi</i> <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Delmiro Gouveia	Olho d'Águinha	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Glyptodon</i> sp, <i>Palaeolama major</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha arenítica
Dois Riachos	Pai Mané	<i>Eremotherium laurillardi</i> <i>Stegomastodon waringi</i> <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Igaci	Lagoa da Pedra	<i>Catonyx cuvieri</i> , <i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Eqqus (Amerhippus) neogaeus</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Xenorhinotherium bahiense</i>	Tanque em rocha granítica
Inhapi	Sem nome	<i>Stegomastodon waringi</i>	Possivelmente jazigo em Tanque de rocha granítica
Jaramataia	Lagoa dos Cágados	<i>Eremotherium laurillardi</i> e <i>Stegomastodon waringi</i>	Tanque em rocha granítica
Major Isidoro	Veludinha	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Maravilha	Quixabeira, Lagoa e Riacho do Tenente	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Palaeolama major</i> , <i>Smilodon populator*</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> , <i>Toxodon platensis</i> e <i>Xenorhinotherium bahiense</i>	Tanque em rocha granítica

MUNICÍPIO	SÍTIO PALEONTOLÓGICO	ESPÉCIES ENCONTRADAS	TIPO DE JAZIGO
Olho d'Água do Casado	Itatiaia	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Ouro Branco	Sítio Belém	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Palmeira dos Índios	Vila de Caçambinha	<i>Eremotherium laurillardi</i> e <i>Stegomastodon waringi</i>	Tanque em rocha granítica
Pão de Açúcar	Guardiano Aleamar Formigueiro Tanque Velho Lagoa da Pedra Lagoa dos Elefantes	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Panocthus</i> sp, <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Penedo	Tanque da Aldeia ou Poço Grande	<i>Stegomastodon waringi</i>	Possivelmente jazigo em Tanque de rocha granítica
Piranhas	Picos I e Picos II	<i>Blastocerus dichotomus</i> e <i>Eremotherium laurillardi</i>	Tanque em rocha granítica
Poço das Trincheiras	Sr. Eraldo	<i>Eremotherium laurillardi</i> , <i>Stegomastodon waringi</i> e <i>Toxodon platensis</i>	Tanque em rocha granítica
Santana do Ipanema	Alto do Tamanduá	<i>Eremotherium laurillardi</i> e <i>Stegomastodon waringi</i>	Tanque em rocha granítica
São Luiz do Quitunde	Poço da Aldeia	<i>Stegomastodon waringi</i>	Depósito não identificado possivelmente em depósito fluvial




 Crânio do Tigre
 Dente de Sabre.

COMO SE TORNAR UM ARQUEÓLOGO?

Os sítios e os vestígios arqueológicos são bens culturais de natureza finita e não renovável, e qualquer ação interventiva sobre eles, mesmo que para fins de estudo científico e cultural, produz perdas físicas significativas e irreparáveis que devem ser minimizadas com a produção de conhecimento relevante. Para tanto, o responsável pelo estudo desses bens deve possuir qualificação profissional devidamente adequada, sendo capacitado para a execução de tal atividade técnica.

No Brasil, a profissão de arqueólogo ainda não é regulamentada pelo Poder Público, sendo apenas reconhecida. Diante disso, e com o advento e consolidação de estudos arqueológicos no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos, vem-se buscando como alternati-

va viável estabelecer critérios legítimos e objetivos para a autorregulação pelos próprios profissionais da área. Atualmente, são reconhecidos como arqueólogos aqueles que cursaram graduação em Arqueologia em Instituições de Ensino Superior devidamente canceladas/revalidadas pelo Ministério da Educação – MEC ou que se formaram em Programas de Pós-graduação lato sensu (Mestrado e/ou Doutorado) em Arqueologia ou em Áreas-afins (Antropologia, Ciências Sociais, História, Geografia...) que contenham áreas de concentração em Arqueologia, também reconhecidas pelo MEC.

Vale dizer que, tanto na graduação quanto na pós-graduação, é fundamental o engajamento do estudante em pesquisas científicas para sua adequada formação teórica e prática. Quanto mais cedo

participar desses estudos, melhor estará preparado para o desenvolvimento de sua carreira.

Há de se destacar ainda que, por causa dos já referidos estudos arqueológicos nos programas de licenciamento ambiental de empreendimentos, atualmente existe uma procura extremamente grande por esse profissional no mercado. Cursos novos de graduação e pós-graduação foram, na última década, instituídos em Escolas de Ensino Superior em várias partes do país, cujos conteúdos programáticos são distintos e buscam adequar-se ao perfil do corpo docente e/ou ao enfoque institucional de cada unidade acadêmica. Dois exemplos de universidades que instituíram cursos de Arqueologia recentemente são a Universidade Federal de Sergipe e a Universidade Federal de Pernambuco.

Esse crescimento na busca por profissionais em Arqueologia tem possibilitado também a abertura de novos espaços de trabalho, antigamente restritos às universidades e centros científicos, cujas atribuições essenciais estavam vinculadas à do-

cência, pesquisa e extensão acadêmicas. Hoje em dia, existe um mercado em expansão para arqueólogos também na área de gestão e planejamento patrimonial em instituições governamentais (o IPHAN é o caso mais notório disso) e de perícia técnica no Ministério Público Federal, por exemplo.

A quem possa estar interessado nesse ramo do saber científico, sugerimos buscar maiores informações nas páginas virtuais das Universidades Brasileiras, do próprio MEC e da Associação Brasileira de Arqueologia. Em Alagoas, até o momento, não existe graduação ou pós-graduação em Arqueologia, mas apenas disciplinas específicas ministradas nos cursos de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Campus Sede, em Maceió; e Sertão, em Delmiro Gouveia). Essa universidade possui vinculado em sua estrutura regimental e pedagógica o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica – NEPA, o qual vem desenvolvendo projetos acadêmicos e técnicos no Estado desde meados dos anos 2000.

COMO SE TORNAR UM PALEONTÓLOGO?

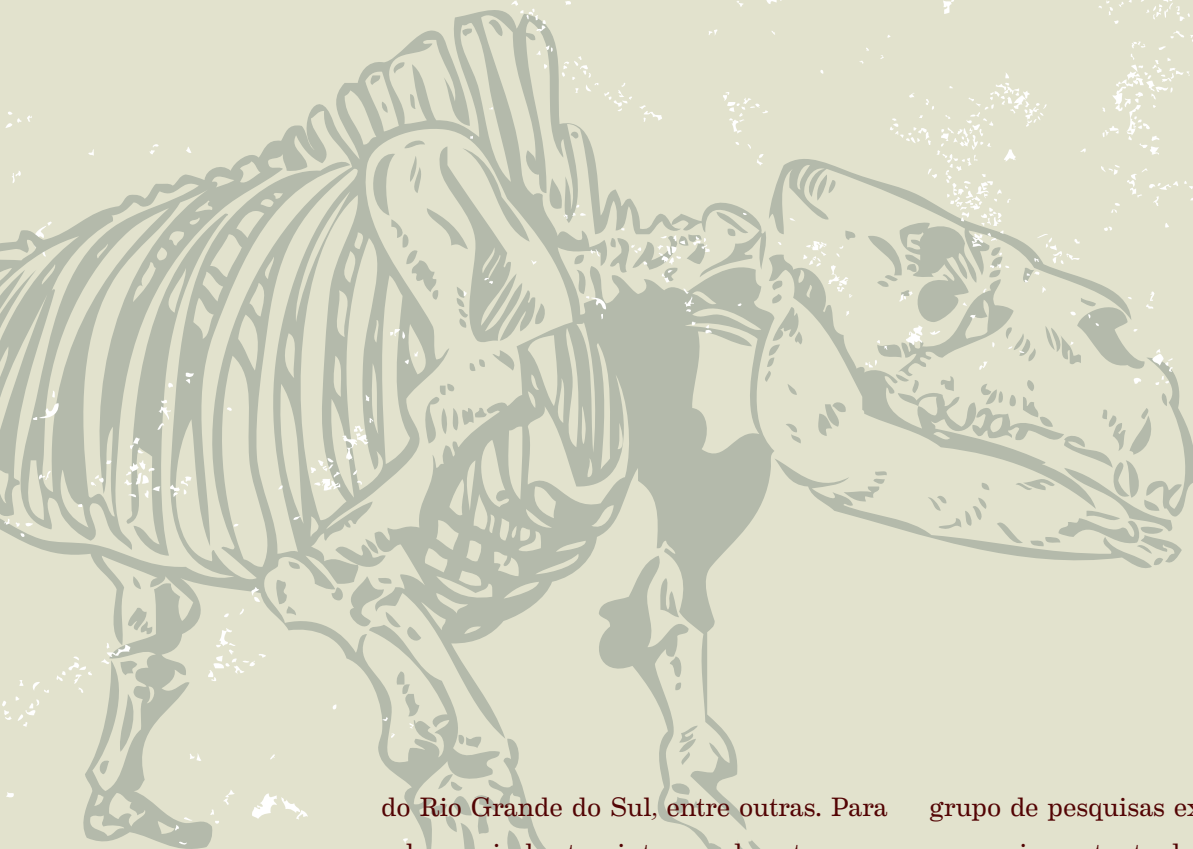
Ao contrário da Arqueologia, que nos últimos anos vem ganhando cursos específicos de formação superior, não existe no Brasil um curso de paleontologia, ou seja, não existe “graduação em Paleontologia”. Os interessados em seguir esse campo do conhecimento científico, via de regra, devem fazer graduação em biologia ou em geologia e logo após ir para a pós-graduação (mestrado/doutorado) e concentrar seus estudos na pesquisa paleontológica. Uma forma de o aluno de iniciar sua preparação para se tornar um futuro paleontólogo é, durante sua graduação em biologia ou geologia, cursar disciplinas que de alguma maneira contribuam para sua futura formação. Um exemplo que podemos dar é o caso do Curso de Ciências Biológicas da UFAL, que, além da disci-

plina obrigatória de Geologia e Paleontologia, também possui disciplinas eletivas, como Paleoceanografia, Bioespeleologia e Paleontologia dos Vertebrados.

É importante lembrar que a Paleontologia, de tão diversificada, permite que pessoas de outras áreas de formação profissional, como médicos, químicos, geógrafos, físicos etc. também possam ser paleontólogos, desde que também façam mestrado e doutorado na área.

No Brasil, alguns cursos de mestrado e doutorado em Geociências e em Biologia possuem áreas de concentração em Paleontologia; como exemplos, temos: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade de São Paulo, Universidade Federal





Toxodon platensis
Owen, 1840

do Rio Grande do Sul, entre outras. Para saber mais, basta o interessado entrar nos sites dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e buscar aquelas que oferecem essa possibilidade.

Em Alagoas, o Laboratório de Paleontologia do Setor de Geologia e Paleontologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas pesquisa e estuda os fósseis do Estado, possuindo um

grupo de pesquisas experiente e com um acervo importante de fósseis de Alagoas, expondo parte desses fósseis ao público visitante.

Representando os paleontólogos e contribuindo com a divulgação da paleontologia brasileira, temos a Sociedade Brasileira de Paleontologia (www.sbpbrasil.org). Visite o site e veja mais sobre essa área tão relevante da pesquisa científica.

EXPOSIÇÕES ARQUEOLÓGICAS E PALEONTOLÓGICAS SOBRE ALAGOAS

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS

Rua do Sol, 382, Centro, Maceió

Possui a mais rica coleção arqueológica do Estado e uma das mais antigas do País. Nele é possível apreciar igaçabas, machados polidos e pontas de projéteis encontrados em Alagoas. Também estão expostos objetos arqueológicos de diversas partes do Brasil, inclusive as famosas cerâmicas marajoaras, conhecidas por sua beleza e refinamento. São mais de 400 peças arqueológicas que permitem ao visitante uma verdadeira viagem ao passado.

CENTRO ARQUEOLÓGICO PALMARINO / NEPA-UFAL

Rua Correia de Oliveira, s/n, Memorial Jorge de Lima, Centro, União dos Palmares

Criado recentemente, é o único espaço de exposição em Alagoas dedicado exclusivamente ao patrimônio arqueológico. Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia (NEPA) da UFAL, o Centro Arqueológico Palmarino une a pesquisa arqueológica ao museu, que pode ser visitado pelo público. Em sua exposição, é possível observar de perto os vestígios encontrados nas escavações da Serra da Barriga e conhecer um pouco mais da história da Arqueologia que há mais de 20 anos vem sendo feita na região do Quilombo dos Palmares.

Em seu enorme acervo, está reservado um espaço especial para o material arqueológico e paleontológico encontrado no município de Palmeira dos Índios e região. Entre o material arqueológico podem ser vistos machados polidos e cachimbos de cerâmica. Peixes, dentes e ossos de animais da megafauna e demais sinais fossilizados são exemplos do material paleontológico exposto. Sete igaçabas com quase um metro de altura destacam-se em meio ao curioso acervo do Museu.

Uma visita ao Museu de História Natural da UFAL é uma verdadeira viagem ao passado. Com forte preocupação didática, é um lugar fascinante para que crianças e adolescentes conheçam de perto o passado de Alagoas e vejam fósseis e reconstituições de diferentes e estranhos seres vivos que aqui habitaram. No Museu, também funcionam vários laboratórios de pesquisa da UFAL, possibilitando uma atualização constante das exposições e o diálogo entre as mais novas descobertas e o público.

Construído para abrigar as inúmeras descobertas paleontológicas que há anos vêm sendo feitas na região, o Museu Paleontológico atravessa suas próprias paredes e invade as ruas da cidade de Maravilha. Tigres-dentes-de-sabre e preguiças gigantes, animais que viveram naquela região há milhares de anos atrás, são reproduzidos em réplicas de tamanho natural a céu aberto, constituindo um atrativo a mais para quem quer conhecer mais sobre o passado do Sertão Alagoano.

MUSEU XUCURUS DE HISTÓRIA, ARTE E COSTUMES

Praça do Rosário, s/n, Centro,
Palmeira dos Índios

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UFAL

Rua Aristeu de Andrade, 452, Farol, Maceió

MUSEU PALEONTOLÓGICO OTAVIANO FLORENTINO RITIR

Praça Francisco Soares, 29, Centro, Maravilha

MUSEU HISTÓRICO E DE ARTES DARRAS NOYA

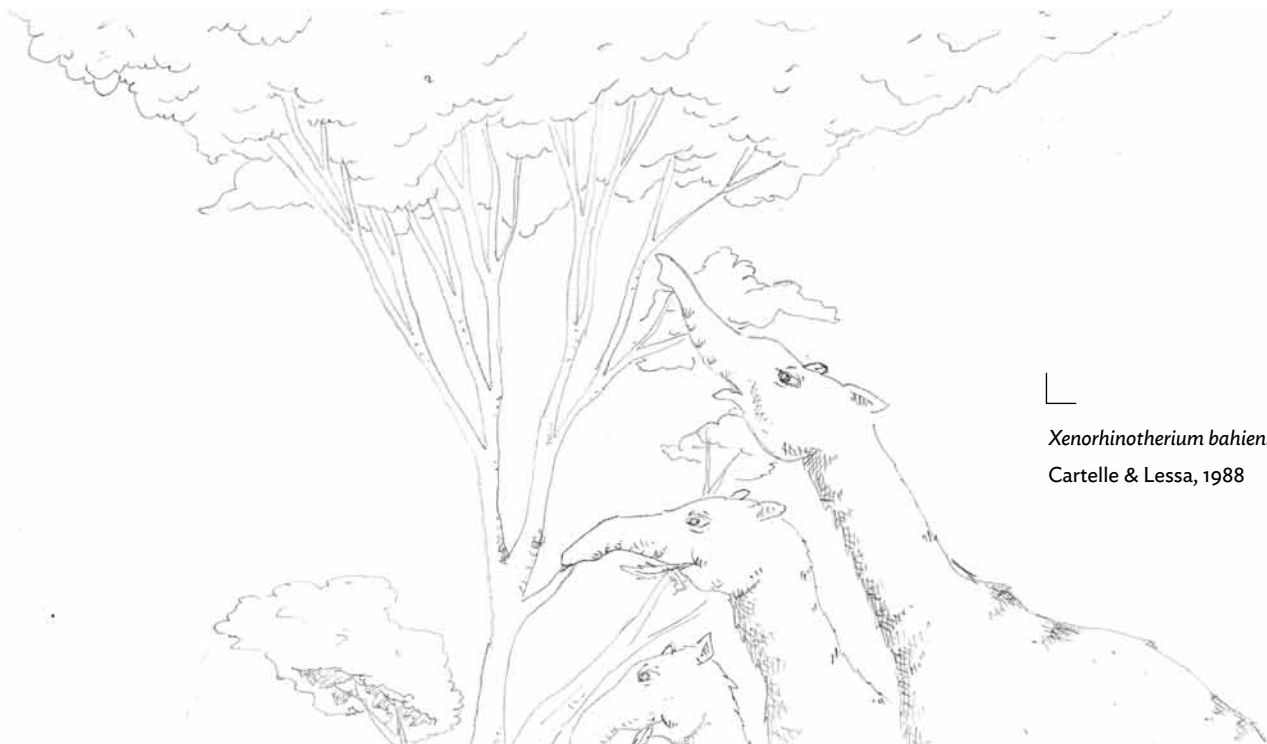
Praça Manoel Rodrigues da Rocha, s/n,
Centro, Santana do Ipanema

Fundado em 1959, esse museu passou por uma grande reforma e reestruturação por ocasião dos seus 50 anos em 2009, e hoje é um dos mais bem conservados museus do interior de Alagoas. Entre seu vasto acervo, existe muito material paleontológico encontrado na região, além de algumas peças arqueológicas.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ - MAX/UFS

Rodovia Canindé-Piranhas, Trevo da UHE,
Xingó, Canindé do São Francisco, Sergipe

Localizado em Sergipe, o MAX guarda um acervo riquíssimo fruto das pesquisas arqueológicas feitas em todo o Baixo São Francisco durante a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó. Com uma exposição muito didática, é visita obrigatória para quem quer conhecer mais sobre os mais antigos povoadores da região.



Xenorhinotherium bahiense
Cartelle & Lessa, 1988



Sítio Maribondo.

OLHO D'ÁGUA DO CASADO



PRINCIPAIS TEXTOS LEGAIS

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVO DO BRASIL, 1988

Os sítios arqueológicos são bens da União (Art. 20, item X);

Os fósseis são bens da União, e há a responsabilidade do Estado na defesa de nosso patrimônio natural (Art. 20º, 23º e 24º);

Os sítios arqueológicos constituem patrimônio cultural brasileiro (Art. 216, item V);

Os sítios paleontológicos são patrimônio cultural brasileiro (Art. 216, Item V);

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios impedir a evasão, destruição e descaracterização de bens de valor histórico, artístico ou cultural (Art. 23, item IV);

Compete ainda à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (Art. 24, item VIII);

Compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Art. 5º, item LXXIII);

É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Art. 129).

* DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a

fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Art. 1º);

O IPHAN, órgão responsável pelo patrimônio cultural, possuirá quatro Livros do Tombo, sendo um deles o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Art. 4º, §1º).

* DECRETO-LEI 4.146 DE 1942

Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.

Os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura (Art. 1º).

É interessante notar que durante muito tempo este Decreto-Lei foi distribuído pelo DNPM com a seguinte nota explicativa: “Assim, pois, todo o particular que, sem licença expressa do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, estiver explorando depósitos de fósseis, estará sujeito à prisão, como espoliador do patrimônio científico nacional”.

* LEI Nº. 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961

Determina o IPHAN como o órgão do Poder Público responsável pelos monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza.

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob guarda e proteção do Poder Público (Art. 1º);

São proibidos em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas (Art. 3º);

Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos arqueológicos ou

pré-históricos será considerado crime contra o Patrimônio Nacional (Art. 5º);

As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União (Art. 6º).

* LEI Nº 10.166 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000

Altera a Lei no 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

As coisas e os bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, doação, alienação direta ou por meio de licitação pública, o que deverá constar do contrato ou do ato de autorização elaborado previamente à remoção (Art. 20).





Sítio Bom Nome 3.
PÃO DE AÇÚCAR



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Scott Joseph. Os desafios da arqueologia de Palmares. In: GOMES, Flávio. *Mocambos de Palmares: história e fontes* (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1977 [1868].

CARTELLE, C., *Tempo Passado: mamíferos do pleistoceno em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Palco, 1994.

CARVALHO, Olívia A.; VERGNE, Maria C. S. Estudo paleodemográfico e taxonômico na população pré-histórica da Necrópole de São José II - Delmiro Gouvêia/AL. *Canindé* (MAX/UFS). São Cristóvão/SE, UFS, n. 1, DEZ/ 2001. p. 101-116.

CARVALHO, Fernando Lins de. *A pré-história sergipana*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

JUNIOR, Avelar Araujo Santos. “Povos indígenas em Sergipe: dos primeiros habitantes à etnogênese contemporânea”. In: MORALES, Walter F.; MOI, Flavia P. (org). *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. São Paulo: Annablume; Porto Seguro, BA: Acervo, 2009.

LUNA, Suely. As pesquisas arqueológicas sobre cerâmicas no nordeste do Brasil. *Canindé* (MAX/UFS). São Cristóvão/SE, UFS, n. 6, DEZ/2006. p. 167-207.

MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Universitária da UFPE, 1997.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

SILVA, Jorge Luiz L. *Reconstituição Paleoambiental Baseada no estudo de Mamíferos Pleistocênicos de Maravilha e Poço das Trincheiras, Alagoas, Nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade Federal de Pernambuco, 2008.





Réplica do crânio de
Tigre Dente de Sabre.

ACERVO PROJETO FÓSSEIS
DE ALAGOAS, MHN-UFAL



Sítio Bom Nome 2.
PÃO DE AÇÚCAR



A proteção do patrimônio arqueológico e paleontológico ocorre em benefício de todos e por isso deve ser um compromisso de todos.

Localização das imagens rupestres desenhadas

Pg. 3 – Sítio Morro do Bento, Pão de Açúcar.

Pg. 6-7 – Sítio Bom Nome 2, Pão de Açúcar.

Pg. 8-9 – Sítio Brejo, Delmiro Gouveia.

Pg. 9 – Ilustração a esquerda: Palaeolama major Liais, 1872

Pg. 9 – Ilustração a direita: Sítio Abrigo Nova Esperança, Olho d'Água do Casado

Pg. 12 – Sítio Cosmezinho, Pão de Açúcar.

Pg. 15 – Sítio Brejo, Delmiro Gouveia.

Pg. 16 – Sítio Platô do Talhado VIII, Olho d'Água do Casado.

Pg. 26 - Platô do Talhado V, Olho D'Água do Casado

Pg. 64-65 – Sítio Platô do Talhado VIII, Olho D'Água do Casado

Pg. 72 – Sítio Confusão ou Carcará 1, Pão de Açúcar.

Pg. 75 – Sítio Bom Nome 3, Pão de Açúcar

Pg. 78 - Sítio Imburama 1, Pão de Açúcar

Pg. 81 – Platô do Talhado V, Olho d'Água do Casado.

Pg. 84 – Riacho do Talhado II, Delmiro Gouveia.

Para informações, comunicação de achados de vestígios e sítios e outros assuntos relacionados, entre em contato com:

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Superintendência do IPHAN em Alagoas

Rua Sá e Albuquerque, nº 157. Casa do Patrimônio do IPHAN.

Jaraguá - Maceió/AL | CEP: 57022-180

Fone / Fax : (82) 3221.6073/3223.3836/3326.3714

www.iphan.gov.br

e-mail: iphan-al@iphan.gov.br

PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO

Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

25ª Superintendência - AL

Rua Jose Luiz Calazans nº 168, Qd. 42, Bairro Jatiúca

Maceió - AL - CEP 57035-85

Tel.: (82) 3326-6180; 3326-0145; 3336-2992

Fax: (82) 3336-1566

E-mail: dnpm-al@dnpm.gov.br

A impressão da primeira edição desta obra, com tiragem de 10.000 volumes, foi consequência do Termo de Ajuste de Conduta aplicado pelo IPHAN, processo nº 01403.000041/2011-97.



Ministério da
Cultura

